



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638294 - PI (2021/0000538-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : LETICIA AVELINO LUSTOSA DE ARAUJO E OUTRO
ADVOGADOS : LETÍCIA AVELINO LUSTOSA DE ARAÚJO - PI018227
JOSE DE ALMEIDA COSTA NETO - PI013069
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : SINGLEHURST DANIEL LOPES
PACIENTE : FRANCISCO DAS CHAGAS LAGES DE CARVALHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SINGLEHURST DANIEL LOPES e FRANCISCO DAS CHAGAS LAGES DE CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (HC n. 0711492-09.2019.8.18.0000).

Os pacientes foram condenados à pena de 4 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, nas sanções do art. 1º, I, da Lei 8.137/90, concedido o direito de recorrer em liberdade. Impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí alegando que ação penal fora embasada em créditos tributários que estariam suspensos em razão de liminar deferida nos autos do Agravo de Instrumento n. 0712460-73.2018.8.18.0000, contudo, o *writ* não foi conhecido pelo desembargador relator, extinto sem resolução de mérito em decisão com os seguintes termos:

[...] Consoante o exposto, buscam os impetrantes a concessão de liminar no sentido do sobrestamento do andamento da Ação Penal nº 0015987-13.2016.8.18.0140, em trâmite na 10ª Vara Criminal da Comarca de Teresina/PI, até o julgamento de mérito do presente writ, suspendendo-se de imediato o feito. Ocorre que, de uma análise ao sistema Themis web, infere-se que já foi prolatada sentença condenatória nos autos da ação penal em questão, na qual os pacientes foram condenados à pena de 04 (quatro) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa pela prática do art. 1º, I, da Lei 8.137/90, e que foi concedido aos acusados o direito de recorrer em liberdade. Infere-se, ainda, que foi interposto recurso apelatório, que deve se julgado por este Egrégio Tribunal de Justiça, de forma que resta cessada a atividade jurisdicional do juízo de 1º grau, não podendo este, figurar como autoridade coatora do presente mandamus. É como se posiciona a jurisprudência, decisões in verbis:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. RECURSO PREJUDICADO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PERDA DE OBJETO. NOVO TÍTULO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A superveniência de sentença condenatória resulta na perda do objeto do presente recurso em habeas corpus, que tem por objeto o decreto prisional. 2. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no RHC:77230 MG 2016/0271036-3, Relator: Ministro NEFI CORDEIRO, Data de Julgamento: 09/03/2017, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe16/03/2017)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PERDA DE OBJETO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. CONCEDIDO O DIREITO DE RECORREREM LIBERDADE. IMPETRAÇÃO PREJUDICADA. (Habeas Corpus Nº70079791539, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ingo Wolfgang Sarlet, Julgado em 12/12/2018). (TJ-RS - HC: 70079791539RS, Relator: Ingo Wolfgang Sarlet, Data de Julgamento: 12/12/2018, Terceira Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/01/2019)

PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. WRIT QUE ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE DECRETOU A PREVENTIVA. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA. NEGADO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. NOVO TÍTULO JUDICIAL A JUSTIFICAR A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PERDA DO OBJETO. ANÁLISE DA FUNDAMENTAÇÃO RELATIVA À VEDAÇÃO DO APELO EM LIBERDADE. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL A QUOSobre o tema. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT PREJUDICADO. - O presente writ perdeu seu objeto, pois em consulta realizada na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que a ação penal já foi julgada, tendo sido proferida sentença condenatória em 10/7/2013, negado ao paciente o direito de apelar em liberdade. - Diante da alteração do cenário fático-processual, consubstanciada no advento de novo título judicial a justificar a custódia cautelar, ficam superadas as alegações trazidas na presente impetração, que atacavam a decisão que decretou a prisão preventiva, cabendo destacar, ainda, que os fundamentos trazidos na sentença devem ser primeiro submetidos à análise do Tribunal de origem, vedada a supressão de instância. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus prejudicado. (STJ - HC: 244041 SP 2012/0110366-5, Relator: Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), Data de Julgamento: 15/10/2013, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/10/2013)

Desta forma, considerando que já foi prolatada a sentença, o MM. Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Teresina/PI, não é mais a autoridade coatora, tendo em vista que já findou a sua atividade jurisdicional, ou seja, in casu não há autoridade coatora ou ato coator a ser combatido, razão pela qual não há que se falar em constrangimento ilegal a que esteja sofrendo o paciente, a ser combatido por este writ. Isto posto, não conheço da presente ordem de habeas corpus, julgando extinto o presente feito sem resolução do mérito, face a impossibilidade do pedido, Após as intimações de praxe, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se. Cumpra-se

A impetrante sustenta que o acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento n. 0712460-73.2018.8.18.0000 deixou claro o fato de que a empresa autuada não pratica o fato gerador do tributo reivindicado (ICMS), de maneira que todos os autos que baseiam a ação penal ora combatida mostram-se subsistentes. Alega que, demonstrada a inconsistência dos créditos e a concessão da medida provisória de suspensão do crédito, mostra-se possível o sobrestamento do feito criminal até a decisão final nos autos da anulatória, ou ainda, enquanto perdurar os efeitos da suspensão.

Requer, liminarmente, o sobrestamento do andamento da Ação Penal n. 0015987-13.2016.8.18.0140 até o julgamento de mérito do presente *writ*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente